



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO DE ADMINISTRATIVO DE "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PROSPECÇÃO GEOLÓGICA / GEOFÍSICA, PESQUISA E CAPTAÇÃO DE ÁGUA - SISTEMA DO MEZIO" ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL SINERGEO - SOLUÇÕES APLICADAS EM GEOLOGIA, HIDROGEOLOGIA E AMBIENTE, LDA, DE VILA VERDE [PF 179/2015] -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **29 de setembro de 2015**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com o seu despacho de 14 de setembro de 2015, que autorizou a celebração do contrato, como primeiro outorgante; e -----

Jorge Dinis da Silva Lopes Oliveira, titular do Cartão de Cidadão n.º 11974546 1ZZ6, natural da freguesia de Braga (São José e São Lázaro), concelho de Braga, residente na Rua Gabriel Pereira de Castro, Braga, que outorga na qualidade de **sócio-gerente**, em representação da sociedade comercial por quotas que usa a firma **SINERGEO - SOLUÇÕES APLICADAS EM GEOLOGIA, HIDROGEOLOGIA E AMBIENTE, LDA**, com sede no Edifício IEMINHO, lugar de Casal, freguesia de Soutelo, concelho de Vila Verde, matriculada na Conservatória do registo Comercial daquele concelho, com o número único de matrícula e de identificação fiscal **507 618 041**, com o capital social de 33.000 € como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro

franch

outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **14 de Setembro de 2015**, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada do segundo outorgante, a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PROSPECÇÃO GEOLÓGICA / GEOFÍSICA, PESQUISA E CAPTAÇÃO DE ÁGUA – SISTEMA DO MEZIO”**. -----

Pelo referido Despacho a Presidência da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual é de € 10.500,00 (dez mil e quinhentos euros), mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

Terceira: O prazo de prestação dos serviços é de **60 dias**, a contar da data da assinatura deste contrato -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----

Quinta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02 – Câmara Municipal e Serviços Municipais**. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07 – Aquisição de Bens de Investimento; Subagrupamento 01 – Investimentos; Rubrica 04 – Construções diversas; e Alínea 07 – Captação e distribuição de água**. -----

Classificação Funcional – **24401**. -----

Sexta: O presente contrato foi objecto de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal, de **24 de agosto de 2015**, nos termos do disposto nos nºs 5, 6 e 12 do artigo

75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2015). -----

Sétima: O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 145º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Oitava: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

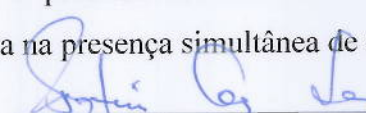
Nona: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

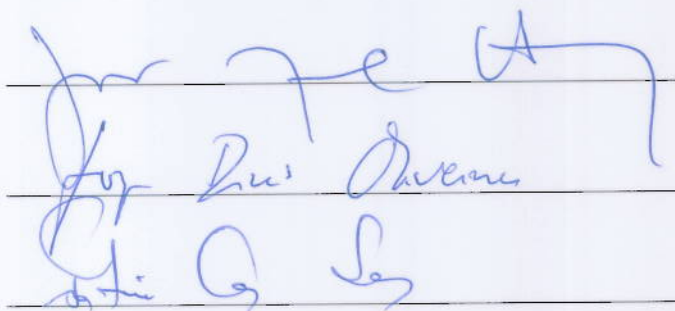
Décima: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Décima Primeira: O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Segunda: Que se obriga a realizar os serviços adjudicados dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos.

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **29-07-2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Vila Verde, em **29-07-2015**, comprovativa de que a empresa tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial, com o código de acesso 3625-5705-8132, subscrita em 17-04-2015 e válida até **17-04-2016**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este acto; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----



Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **132/029/2015**, de **24/09/2015**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **35/2015**